



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício n. 167/2021/GDEK

Brasília-DF, 22 de novembro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

**DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
Rua Primeiro de março, s/n - Praça XV - Rio de Janeiro - CEP 20010-090

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo com as reverências de estilo, a Bancada do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Câmara Federal vem demonstrar profundo receio com a situação da privatização do saneamento nacional, tendo como seu marco a privatização de parte dos serviços prestados pela segunda maior empresa pública do setor no país, a CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro). A modelagem de privatização eivada de vícios e de cunho exclusivamente rentista, que o atual governo está propondo para o saneamento do país possui próximas vítimas, mais seis leilões estão nos próximos meses, e o BNDES prepara a modelagem de outros cinco.

2. Temos a preocupação e o compromisso com a defesa de um serviço público tão essencial à população do país, bem como com os(as) servidores(as) que dedicaram suas vidas ao saneamento público de qualidade para atendimento à população. Cabe ressaltar que o modelo privatizado coloca em risco as comunidades mais pobres, que não geram lucro à iniciativa privada, o meio ambiente que receberá mais lançamentos de esgoto irregulares, uma vez que a iniciativa privada não deixará de remunerar seus controladores para investir em infraestrutura, colocando em risco os postos de trabalho dos(as) funcionários(as) públicos(as) dessas estatais.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

3. Entendemos que nesse contexto a resistência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, tendo V. Excelência à frente, é de suma importância para o saneamento do Estado do Rio de Janeiro e para o resto do país.

4. Chegou ao nosso conhecimento que três dias antes do leilão da CEDAE, de forma inédita no judiciário brasileiro, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, decidiu monocrática e autocraticamente suspender preventivamente qualquer decisão judicial que viesse a impedir o leilão.

5. Conhecemos também o fato de o leilão ter ocorrido em meio a uma disputa de liminares que desautorizaram a ALERJ, que por meio do Decreto Legislativo nº 16 de 29 de abril de 2021, de sua autoria, que havia suspenso a venda da estatal e, que mesmo assim, foi tocada pelo governo federal à revelia, em evidente afronta à separação dos poderes e ao estado de direito.

6. É de amplo conhecimento que o processo de privatização da CEDAE está sendo amplamente questionado na justiça e que as controvérsias judiciais foram reforçadas pelo Tribunal de Contas da União que após exame técnico, indicou impedimento da participação da Iguá Saneamento na licitação – ganhadora do Bloco 2 da CEDAE – por infringir o item 13.5 do edital, que veta explicitamente a participação de companhias que tenham alguma ligação com os realizadores da privatização. A Iguá tem entre seus controladores o BNDESPar, subsidiária integral do BNDES, que foi o responsável pelos estudos técnicos que subsidiaram a licitação.

7. Cabe salientar que a Aegea manteve durante muito tempo, uma espécie de “infiltrado”, o funcionário de alto escalão Alexandre Bianchini como diretor da CEDAE, provavelmente com a finalidade de obter toda a informação previamente ao leilão e acesso aos dados mais importantes e imprescindíveis da Cedae. Alexandre Bianchini, ao que tudo indica ganhou como prêmio a presidência da Empresa Águas do Rio e também de forma escandalosa o ex-Presidente da Cedae, Sr. Edes Fernandes veio a assumir cargo de Diretor na Empresa Águas do Rio (Aegea) sem cumprir quarentena.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tão fortes são os indícios de informação privilegiada e espionagem que a referida empresa abocanhou dois blocos do leilão e reduziu a operação assistida de seis para três meses concretizando com a conivência do Governador Cláudio Castro uma renúncia de receita que gira em torno de R\$ 1 bilhão.

8. Como podemos observar, tanto a Aegea quanto a Iguá, grandes vencedoras do leilão, possuem fortes indícios de terem se valido de informações privilegiadas e da conivência do Executivo para tornar realidade seus planos de captura da última joia da coroa do estado do Rio de Janeiro, a CEDAE.

9. Cabe destacar que os investimentos feitos pelo Estado do Rio de Janeiro em grandes obras na Baixada Fluminense, como: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis e também em São Gonçalo, e outros investimentos na área tecnológica como o Software de Redução de Perdas Supera, todos esses construídos com o dinheiro do povo do Rio de Janeiro, servirão de enorme protagonismo para o setor privado, que vem comprando espaços junto à mídia formal para concretizar seus interesses de mercado.

10. Tendo em vista todas as irregularidades contidas no processo conduzido pelo atual governo, solicitamos a V. Excelência a adoção das providências cabíveis para fazer valer o Decreto Legislativo de sua autoria para que se suspenda o leilão com a finalidade de resguardar os interesses da população do Estado do Rio de Janeiro frente à renúncia de receita da ordem de R\$ 1 bilhão pelo fim antecipado da operação assistida por parte da Águas do Rio, bem como a defesa da manutenção dos blocos sobre o controle estatal e a manutenção de todos os postos de trabalho dos funcionários da CEDAE.

11. A nossa bancada apresentou o Requerimento n.145/2021<sup>1</sup> no âmbito da Comissão de Trabalho, o qual “Requer a realização de diligência desta Comissão ao Estado do Rio de Janeiro com vistas a acompanhar junto aos órgãos competentes o

---

<sup>1</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2307999>



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

processo de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), bem como a realização de audiências com órgãos, representantes da empresa e entidades sindicais de defesa dos(as) empregados(as). Na mesma linha, apresentamos no mesmo colegiado o Requerimento n. 138/2021<sup>2</sup>, que “Requer o agendamento de reunião deste Colegiado com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, com vistas a tratar das irregularidades verificadas no processo de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae)”.

12. Adicionalmente, apresentamos o Requerimento n. 143/2021<sup>3</sup>, que “Requer a realização de audiência pública em conjunto com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa do Serviço Público; em Defesa da Soberania Nacional; em Defesa dos Correios; em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro; e em Defesa da Petrobrás, para discutir os impactos das privatizações, a precarização dos direitos da classe trabalhadora e o fechamento de postos de trabalho”.

13. Face ao exposto, e cientes da relevância da matéria, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

Deputado **BOHN GASS – PT/RJ**  
Líder da Bancada do PT na Câmara

2

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2100722&filename=REQ+138/2021+CTASP](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2100722&filename=REQ+138/2021+CTASP)

3 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2307014>

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados Gabinete: 203 - Anexo: IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF Telefones: (61) 3215-5203 - Fax: (61) 3215.2203 - E-mail: [dep.erikakokay@camara.gov.br](mailto:dep.erikakokay@camara.gov.br)